

O instinto de poder na ordem social

ARMANDO GODOY FILHO

Eng. cl. L do Q. P. do M. F.

V

VIII — DA POSIÇÃO DO INDIVÍDUO NO GRUPO SOCIAL

(Continuação)

CONTINUANDO a nossa marcha através deste capítulo, começaremos por fugir ainda um pouco das diretrizes traçadas para o mesmo.

Isto porque houve, entre colegas, alguns comentários a propósito de conceitos por nós emitidos, e vamos aqui, tanto quanto possível amplamente, dar a necessária resposta a êsses comentadores.

Além disso, assim procedemos porque estamos convencidos de que a discussão da matéria abordada interessa ao problema geral da administração, que se enquadra nos objetivos precípuos desta *Revista*.

A crítica versou sobre a nossa maneira de entender a ordem científica dos conhecimentos humanos.

Como sabemos, a linguagem, que tem um fundo essencialmente convencional, desempenha na vida social um papel de grande importância, para a boa compreensão entre os indivíduos.

Assim, cada coisa, fato ou idéia, deve ter sua representação simbólica, bem definida, no código geral da palavra ou da compreensão social, de maneira que, ao afetar os sentidos das pessoas, seja capaz de despertar na imaginação a idéia das mesmas coisas ou fatos.

A linguagem, portanto, é o conjunto de estímulos sensoriais, definidos ou fixados pela tradição popular e pela literatura, que despertam lembranças na imaginação de coisas ou fatos, isolados ou associados.

A lógica da linguagem indica, assim, que se devia criar ou firmar uma palavra para o significado ou lembrança de cada coisa ou idéia. Mas, infelizmente, a realidade linguística não chega a atingir essa perfeição, podendo dar margem, em

alguns casos, a certo confusionismo nas relações das palavras com os fatos que devem representar.

Sendo, ainda, a linguagem, uma particularidade da vida social dos homens, deve, naturalmente, se amarrar às condições bio-psicológicas do indivíduo.

Dito isso, podemos passar ao exame mais restrito de certos aspectos da linguagem que nos interessam, ou de certas palavras que envolvem a matéria a ser apreciada.

Precisando as coisas, podemos dizer que, em cada instante, todo indivíduo caracteriza-se por um certo estado complexo de transformações ou de atividades interiores, de natureza vital ou biopsicológica.

Assim, no ser humano, quando se parte de um estado bio-psicológico para atingir outro, há sempre um conjunto de transformações vitais, apreciáveis em relação ao tempo, a que denominamos *processus* ou mesmo processo.

Referido, por exemplo, êsse *processus*, à nossa unidade de tempo constante (do sistema terrestre), que mede as velocidades a partir da idéia da rotação uniforme da Terra, em segundos, minutos, etc., verificamos que a velocidade das transformações biológicas é variável de indivíduo para indivíduo, podendo servir para medir o tempo interior de cada um.

Fixada, assim, a idéia dessa palavra, podemos continuar.

Se êsse *processus*, partindo de um certo estado, conduz o ser biológico no sentido da obtenção de um resultado, dizemos que se efetivou um trabalho orgânico, quer seja êste uma reflexão da atividade intelectual, ou uma manifestação do comportamento que interessa à produção de qualquer coisa. (Quisemos, aqui, dar um caráter mais amplo à idéia de trabalho, de maneira a abranger as formas produtivas da atividade intelectual.

Essa maneira de ver as coisas foge um pouco da concepção clássica do trabalho, que, na mecânica, representá o produto de uma força por seu caminho percorrido, podendo ser medido pelo seu equivalente em energia. Ora, na atividade do pensamento ou da reflexão consciente, quando esta não chega a externar-se por qualquer forma perceptível do comportamento, torna-se difícil ou mesmo impossível qualquer apreciação objetiva dessa atividade. E, segundo Carrel, ela não chega a afetar as condições do metabolismo, de qualquer forma que passe a se tornar sensível aos aparelhos de medida. Destacamos êste parêntese, afim de que o leitor não venha a julgar incoerência da nossa parte a extensão agora admitida para a idéia do trabalho, posto que, em definição anterior, já nos havíamos referido a êle no seu caso mais mecânico, que afeta o comportamento individual).

No trabalho, porém, o ente humano, visando, em cada caso, um alvo ou objetivo de ação, procura alcançá-lo mediante um regime especial, tanto quanto possível de menor esforço ou fadiga para a individualidade, tendo em vista os hábitos e as experiências adquiridos.

O *processus*, nesse caso, para cada espécie de atividade produtiva que se repete, com a continuação do treinamento, pode adquirir uma forma aproximadamente constante no desenvolvimento das transformações ou das operações que conduzem ao resultado procurado, dizendo-se, assim, que o trabalho se efetua segundo uma técnica, que melhor satisfaça as relações da individualidade com a sua tarefa produtiva. Nessas relações devemos destacar a importância da cultura ou do preparo da mentalidade do técnico.

Quando, porém, o trabalho é amplo, abrangendo uma sucessão de etapas mais elementares que obedecem a técnicas específicas diversas, podemos dizer que atende a um método.

A norma, nesse caso, pode ser entendida como a expressão linguística de um método, regime de atividade ou de trabalho.

Torna-se interessante observar que a técnica e o método podem ser individuais, atendendo à melhor adaptação bio-psicológica de cada um às necessidades do trabalho, em vista da eficiência, ao passo que norma como expressão linguística, descritiva ou orientadora de um método, é social, isto é, pode ser cumprida por qualquer um que se dedique ao mesmo assunto.

Quando, porém, os objetivos do trabalho constituem novidades ou problemas novos para a individualidade, há, no caso, para esta, uma sucessão de experiências ou uma aprendizagem.

Procurando ainda ampliar o campo das definições, podemos dizer que o treinamento, pela repetição dos mesmos métodos de trabalho, visa enriquecer a individualidade de potencial técnico adequado à realização eficiente de sua atividade produtiva.

A técnica, por conseguinte, é uma capacidade de ação produtiva do indivíduo, para alcançar resultados esperados, segundo processos eficientes de trabalho.

Devemos lembrar que eficiência significa rendimento, na quantidade e qualidade da coisa produzida num tempo determinado. E rendimento, que traz consigo a idéia de medida, é a relação da energia intrínseca ou efetivamente aproveitada na produção de qualquer coisa, para a energia total despendida pelo indivíduo (ou pela máquina) durante a produção da mesma.

(Segundo Karl Marx, a soma de trabalho e, por conseguinte, de energia humana despendida na produção de qualquer coisa, é que deve, principalmente, servir de base à fixação do valor econômico da mesma. Disse êle: "Considerados segundo o valor, as mercadorias não são mais do que trabalho humano cristalizado"). (22)

Daí, podemos ainda dizer que o aperfeiçoamento, do ponto de vista econômico ou administrativo, é a evolução da capacidade técnica do indivíduo, em face da sua eficiência na produção ou no trabalho.

Vamos agora apreciar o caso das ciências.

Diz o Prof. J. A. Thomson: "o fim da Ciência experimental é a descrição de fatos; o da Metafísica, sua interpretação". Diz, ainda: "O trabalho da Filosofia da Natureza e do Espírito começa unicamente onde termina o das ciências experimentais. Seus dados não são fatos particulares, como os reunidos diretamente pela experiência e pela observação, e sim as hipóteses usadas pela ciência experimental, para a coordenação e descrição de tais fatos". (23)

(22) — Veja-se: GIDE e RIST — *História das Doutrinas Econômicas* — Pág. 537 — Ed. José Olímpio — Rio.

(23) — Prof. J. A. THOMSON — *Introducción a la Ciencia* — Editorial Labor — Págs. 99 e 100.

Acreditamos que a ciência, na descrição dos fatos naturais, ordena conhecimentos ou resultados de suas observações ou experiências, obtidas segundo método especial, cuja constância ou invariabilidade (dêsses resultados) possa ser confirmada em qualquer tempo por novas experiências.

O que caracteriza a ciência, por conseguinte, é não só a peculiaridade do método por ela utilizado no exame dos fatos, em busca das suas leis ou conclusões, como também a invariabilidade destas. Ela visa, portanto, como alvo principal de seu método de trabalho, a verdade imutável ou permanente na relação dos fatos naturais, sem qualquer consideração pelo custo ou dificuldade inerente à aplicação do seu método peculiar.

Na ciência, o ideal filosófico que orienta a normalização do seu método de trabalho é a verdade perene na relação dos fatos ou dos fenômenos.

Na administração, ou na organização da atividade social-econômica, os resultados, em geral, teem um fim prático, mais imediato, quasi sempre atendendo ao equilíbrio, tanto quanto possível próximo do ótimo, entre recursos disponíveis e a sua racional aplicação econômica, em vista da eficiência desejada para os serviços. A administração, em geral, procura atender aos resultados obtidos pela ciência na pesquisa dos fatos naturais, aplicando, a cada caso específico, todos os conhecimentos que se tornem necessários à boa solução prática do problema administrativo em mira.

Tomando agora por base, a definição dada por Larousse (24) para a arte: — “aplicação dos conhecimentos adquiridos pelo homem e dos meios de que dispõe, na realização de uma concepção qualquer”, parece-nos que, em princípio, a administração pode se enquadrar no rol das artes.

A administração, entretanto, da velha arte arbitrária e imprecisa dos tempos imemoriais da história das realizações do homem, evoluiu muito, até nossos dias, adquirindo características especiais, pela forma de ação sistemática ou metódica que vem seguindo nos seus trabalhos, em grande parte estabelecida por analogia com os métodos científicos de pesquisa dos conhecimentos. Assim, querem alguns autores, por isso, que ela deva se cha-

mar: administração científica do trabalho, como no caso da opinião dos nossos comentadores.

Discordamos dêsse ponto de vista, e acreditamos estar com a razão, enquanto, pelo menos, qualquer argumento convincente não nos venha demover dessa convicção.

De fato, entre a ciência e a administração, por mais que esta última procure se aproximar da primeira, imitando-lhe, tanto quanto possível, os métodos de trabalho, — haverá sempre uma diferença fundamental, que resulta da diversidade dos ideais filosóficos por que cada uma se orienta.

Assim, na administração, o ideal será sempre a eficiência dos recursos disponíveis para a realização de qualquer encargo ou tarefa.

A ciência investiga a propriedade das coisas da natureza e precisa a relação entre elas, sem preocupação de tempo ou de rendimento; a administração, na solução dos seus problemas, aplica, da melhor forma possível, todos os conhecimentos fornecidos por aquela, afim de dispor, pela organização racional do trabalho, os seus recursos ou meios da maneira mais perfeita que puder, em vista da eficiência ou do rendimento máximo dos mesmos na realização objetivada.

A semelhança de métodos empregados pela organização e pela ciência tem levado alguns autores, também, a cometer o engano de denominá-la: “organização científica do trabalho”, como quis Taylor.

Mas, na realidade, a organização, ou fase preparatória da administração, não consegue nem visa o ideal científico da perfeição, ou da verdade imutável, porque, acima de tudo, deve atender à condição administrativa ou econômica, de equilibrar as despesas de organização com as vantagens de fato decorrentes, para a economia do serviço, do seu gasto.

Lembramos o caso do próprio Taylor, quando procurou aplicar o método científico na questão do corte dos metais, que foi obrigado a desprezar, por questões financeiras e dificuldades práticas, muitas variáveis que influíam no problema em causa e, mesmo assim, levou vinte e cinco anos de estudos para chegar ao seu resultado final, gastando a soma de um milhão de francos. (25)

(24) — P. LAROUSSE — *Dictionnaire Universel* — Vol. 1 — Pág. 699.

(25) H. LE CHATELIER — *Le Taylorisme* — Pág. 2 — 1934 — Ed. Dunod.

Podemos dizer, na verdade, que a técnica e o método administrativos convergem, dia a dia, para os seus similares, utilizados pela ciência na pesquisa da verdade. Mas, em geral, não chegam a atingir a perfeição daqueles por uma questão de finalidade ou de princípio que rege a constituição das duas ordens do conhecimento e da atividade do homem: a *ciência* e a *administração*.

Daí, não julgamos bastante razoável a reunião de regras ou fórmulas de administração, sob o título: "Ciência da Administração".

Não pode haver ciência da administração, de vez que a função social de administrar, no seu ideal de perfeição, visa, justamente, a aplicação de todos os conhecimentos possíveis, fornecidos por todo e qualquer ramo da ordem científica, na realização do seu *desideratum*.

Preferimos, talvez mais modestamente, denominar, por exemplo: métodos de administração, normas de administração, princípios e regras de administrar ou, ainda, genericamente, como quis o D.A.S.P. no caso da constituição de sua carreira, — técnica de administração.

Cabe aqui, finalmente, para encerrar a nossa argumentação sobre esse assunto, uma pergunta: — quem poderá afirmar que as normas, hoje aceitas como as melhores para a organização e administração dos serviços, possam ser ainda assim julgadas pelos nossos descendentes, daqui a um século ou mais, quando a psicologia e a sociologia experimental tiverem atingido níveis superiores de progresso na conquista da verdade?

Nessa época, porém, estamos certos, as leis gerais das ciências, hoje conhecidas, serão as mesmas.

Devemos, contudo, destacar um fato em favor dos opositores das nossas idéias.

Assim, todo aquele que pensar profundamente no problema da classificação e ordenação dos conhecimentos e normas de atividade do homem, sente logo a fraqueza da linguagem para representar, por meio de símbolos precisos, os fatos ou as coisas de vida real. A linguagem sente-se, diante de um exagerado apêgo à tradição, presa a palavras que foram criadas na antiguidade, para representar fatos da época que hoje tomaram novos aspectos.

A palavra arte, por exemplo, serve para representar diversas coisas. Por isso, os homens, sem verem mais fundo as razões exatas de suas dificuldades, se contorcem nas lutas tremendas do raciocínio, para justificar, logicamente, fatos precisos com apoios linguísticos instáveis ou demasiadamente elásticos quanto ao significado das palavras que devem servir de material básico na constituição de suas definições.

Parece que a Humanidade está precisando de gênios, da têmpera de um Aristóteles (26), com a coragem e a disposição de vencer os velhos "tabús" da linguagem, se a isso forem levados pelo raciocínio, criando palavras ou dando significado mais exato às existentes em relação aos fatos que devam representar, para a reorganização ou ordenação sistemática e precisamente lógica da vultosa massa atual dos conhecimentos e atividades sociais do homem.

Pensando, assim, termos respondido aos comentadores deste insignificante trabalho, no próximo número poderemos, então, tornar à nossa rota, continuando o desenvolvimento da matéria principal nele abordada.

(26) A. GODOY FILHO — *Aristóteles e seu elevado senso de organização* — "Revista do Serviço Público" —